



## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 1, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025

#### 1º EXAME NACIONAL DOS CARTÓRIOS – ENAC – 2025.1

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, por meio do Presidente da Comissão do Exame Nacional dos Cartórios – ENAC, nos termos da Resolução nº 81, de 9 de junho de 2009, e suas alterações posteriores, do Provimento nº 184, de 26 de novembro de 2024, e da Portaria nº 82, de 26 de novembro de 2024 da Corregedoria Nacional de Justiça, torna pública a retificação ao Edital nº 01/2025, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital e seus anexos.

1. Retifica-se o item 8.1, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

8.1 A prova, de caráter exclusivamente eliminatório, será realizada na data provável de 13 de abril de 2025, com duração de 5 (cinco) horas, das 14h às 19h, segundo o horário oficial de Brasília/DF.

Leia-se:

8.1 A prova, de caráter exclusivamente eliminatório, será realizada na data provável de 27 de abril de 2025, com duração de 5 (cinco) horas, das 14h às 19h, segundo o horário oficial de Brasília/DF.

2. Retifica-se o item 10.1, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

10.1 O gabarito oficial preliminar da prova será publicado na internet, nos sítios eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/exames/enac> e <https://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/examenacional-dos-cartorios-enac/>, na data provável de 15 de abril de 2025.

Leia-se:

10.1 O gabarito oficial preliminar da prova será publicado na internet, nos sítios eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/exames/enac> e <https://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/examenacional-dos-cartorios-enac/>, na data provável de 29 de abril de 2025.

3. Retifica-se o Anexo I, no Conteúdo Programático que passará a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

(...)

**7. Registro Civil das Pessoas Naturais.** 7.1. Das disposições gerais. 7.2. Instituição, gestão e operação da Central de Informações do Registro Civil (CRC). 7.3. Da autenticação de instrumentos

de escrituração mercantil pelas serventias do interior do Estado. 7.4. Da escrituração e ordem do serviço. 7.5. Do nascimento ocorrido em território nacional e no exterior. 7.6. Do nascimento decorrente de reprodução assistida. 7.7. Da publicidade. 7.8. Dos registros de nascimento e de óbito fora do prazo. 7.9. Da competência geográfica. 7.10. Do casamento. 7.11. Da habilitação para o casamento. 7.12. Da celebração do casamento civil. 7.13. Da celebração e do registro do casamento religioso com efeito civil. 7.14. Do óbito. 7.15. Das Disposições Gerais. 7.16. Da morte justificada e da morte presumida. 7.17. Da declaração médica de óbito e da declaração por testemunhas. 7.18. Do óbito dos desaparecidos políticos. 7.19. Da declaração de óbito anotada pelo Serviço Funerário. 7.20. Do natimorto. 7.21. Da emancipação. 7.22. Da ausência. 7.23. Da união estável. 7.24. Das averbações em geral e específicas (reconhecimento, investigação e negatória de filiação, alteração de patronímico, perda e retomada da nacionalidade brasileira, suspensão e perda do poder familiar, guarda, nomeação de tutor, adoção de maior, adoção unilateral de criança ou adolescente, alterações de nome, cessação e mudança da interdição e da ausência, substituições de curadores de interditos ou ausentes, alterações dos limites da curatela, abertura da sucessão provisória e abertura da sucessão definitiva, anulação e nulidade de casamento, restabelecimento da sociedade conjugal, separação e divórcio). 7.25. Das retificações, restaurações e suprimentos. 7.26. Traslados de assentos lavrados em país estrangeiro. 7.27. Inscrição da opção de nacionalidade brasileira. 7.28. Documentos estrangeiros e as formalidades destinadas ao aperfeiçoamento de registros e averbações. 7.29. Situação jurídica do estrangeiro no Brasil e sua aplicação no Registro Civil das Pessoas Naturais. 7.30. Sistema Eletrônico de Registros Públicos e alterações trazidas pela Lei nº. 14.382/2022.

(...)

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

(...)

6. Proteção e defesa do usuário de serviços públicos – Lei nº 10.294/99.

(...)

#### DIREITO PENAL

1. Da Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 12 do Código Penal). 2. Do Crime (art. 13 ao 25 do Código Penal). 3. Da Imputabilidade Penal (art. 26 ao 28 do Código Penal). 4. Do Concurso de Pessoas (art. 29 ao 31 do Código Penal). 5. Das Penas (art. 32 ao 95 do Código Penal). 6. Das Medidas de Segurança (art. 96 ao 99 do Código Penal). 7. Da Ação Penal (art. 100 ao 106 do Código Penal). 8. Da Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120 do Código Penal). 7. Lei nº 6.766/79 – Lei de Parcelamento do Solo (arts. 50 a 52). 8. Lei nº 4.591/64 – Lei do condomínio em edificações e incorporações imobiliárias (arts. 65 e 66). 9. Lei nº 9.807/99 – Programa de proteção à vítima e testemunhas ameaçadas. 10. Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro). 11. Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica). 12. Dos crimes em espécie. Dos crimes previstos na parte especial do Código Penal: dos crimes contra a fé pública; dos crimes contra a administração pública e administração da justiça.

(...)

#### DIREITO EMPRESARIAL

1. Origens e história do Direito Comercial. 2. Fundamentos do Direito da Empresa e da Atividade Negocial. 3. Regime constitucional da atividade negocial. Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Microempreendedor Individual. 4. Empresário, sociedade empresária, empresa e estabelecimento. Empresa individual de responsabilidade limitada. Nome empresarial. Escrituração. Obrigações gerais dos empresários. Dos prepostos. 5. Registro Público de empresas

mercantis e atividades afins. Legislação e Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração. 6. Fundamentos do Direito Societário. Sociedade não personificada e personificada. Sociedade simples. Sociedade empresária. Sociedade em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações e cooperativa. Desconsideração da personalidade jurídica. 7. Sociedade limitada. 8. Sociedade por ações. Subsidiária integral. Grupo de sociedades. Consórcio. 9. Valores mobiliários. Mercado de capitais. Fundos de investimento. 10. As operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. 11. Títulos de crédito. 12. Comércio marítimo. Tribunal Marítimo. Registro da Propriedade Marítima. 13. Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins - Lei 8.934/94.

(...)

### CONHECIMENTOS GERAIS

1. História Geral e do Brasil. 2. Atualidades brasileiras e mundiais: economia e política. Política nacional e internacional. 3. Direitos Humanos. 4. Administração e gestão de cartórios. 5. Recrutamento, seleção e treinamento de funcionários. 6. Motivação e incentivo dos colaboradores. 7. Tecnologia da Informação (Marco Civil da Internet, LGPD- conceitos gerais de privacy by design e default). 8. Documento eletrônico e Assinatura Digital. 9. Arquivamento, segurança e preservação de documento eletrônico. Microfilmagem e digitalização. 10. Certificação digital. 11. CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. 12. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. 13. PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. 14. PPRa – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. 15. Acessibilidade (de pessoas de mobilidade reduzida). 16. Atualidades brasileiras e mundiais: economia e política. Política nacional e internacional. 17. Sociedade brasileira: panorama de cultura, artes, música, literatura (nacional e estrangeira), jornais, revistas e televisão. 18. O desenvolvimento urbano brasileiro. 19. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais. 20. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. 21. Cultura internacional.

Leia-se:

(...)

### DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

**7. Registro Civil das Pessoas Naturais.** 7.1. Das disposições gerais. 7.2. Instituição, gestão e operação da Central de Informações do Registro Civil (CRC). 7.3. Da autenticação de instrumentos de escrituração mercantil pelas serventias do interior do Estado. 7.4. Da escrituração e ordem do serviço. 7.5. Do nascimento ocorrido em território nacional e no exterior. 7.6. Do nascimento decorrente de reprodução assistida. 7.7. Da publicidade. 7.8. Dos registros de nascimento e de óbito fora do prazo. 7.9. Da competência geográfica. 7.10. Do casamento. 7.11. Da habilitação para o casamento. 7.12. Da celebração do casamento civil. 7.13. Da celebração e do registro do casamento religioso com efeito civil. 7.14. Do óbito. 7.15. Das Disposições Gerais. 7.16. Da morte justificada e da morte presumida. 7.17. Da declaração médica de óbito e da declaração por testemunhas. 7.18. Do óbito dos desaparecidos políticos. 7.19. Do natimorto. 7.20. Da emancipação. 7.21. Da ausência. 7.22. Da união estável. 7.23. Das averbações em geral e específicas (reconhecimento, investigação e negatória de filiação, alteração de patronímico, perda e retomada da nacionalidade brasileira, suspensão e perda do poder familiar, guarda, nomeação de tutor, adoção de maior, adoção unilateral de criança ou adolescente, alterações de nome, cessação e mudança da interdição e da ausência, substituições de curadores de interditos ou ausentes, alterações dos limites da curatela, abertura da sucessão provisória e abertura da sucessão definitiva, anulação e nulidade de casamento, restabelecimento da sociedade conjugal, separação e divórcio). 7.24. Das retificações, restaurações e suprimentos. 7.25. Traslados de assentos lavrados em país estrangeiro. 7.26. Inscrição da opção de nacionalidade brasileira. 7.27. Documentos estrangeiros e as formalidades destinadas ao aperfeiçoamento de registros e averbações. 7.28. Situação jurídica do estrangeiro no Brasil e sua

aplicação no Registro Civil das Pessoas Naturais. 7.29. Sistema Eletrônico de Registros Públicos e alterações trazidas pela Lei nº. 14.382/2022.

(...)

### DIREITO ADMINISTRATIVO

(...)

6. Proteção e defesa do usuário de serviços públicos – Lei Federal 13.460/2017.

(...)

### DIREITO PENAL

1. Da Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 12 do Código Penal). 2. Do Crime (art. 13 ao 25 do Código Penal). 3. Da Imputabilidade Penal (art. 26 ao 28 do Código Penal). 4. Do Concurso de Pessoas (art. 29 ao 31 do Código Penal). 5. Das Penas (art. 32 ao 95 do Código Penal). 6. Das Medidas de Segurança (art. 96 ao 99 do Código Penal). 7. Da Ação Penal (art. 100 ao 106 do Código Penal). 8. Da Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120 do Código Penal). 9. Lei nº 6.766/79 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano (arts.50 a 52). 10. Lei nº 4.591/64 – Lei do condomínio em edificações e incorporações imobiliárias (arts. 65 e 66). 11. Lei nº 9.807/99 – Programa de proteção à vítima e testemunhas ameaçadas. 12. Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro). 13. Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica). 14. Dos crimes em espécie. Dos crimes previstos na parte especial do Código Penal: dos crimes contra a fé pública; dos crimes contra a administração pública e administração da justiça.

(...)

### DIREITO EMPRESARIAL

1. Origens e história do Direito Comercial. 2. Fundamentos do Direito da Empresa e da Atividade Negocial. 3. Regime constitucional da atividade negocial. Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Microempreendedor Individual. 4. Empresário, sociedade empresária, empresa e estabelecimento. Empresa individual de responsabilidade limitada. Nome empresarial. Escrituração. Obrigações gerais dos empresários. Dos prepostos. 5. Registro Público de empresas mercantis e atividades afins. Legislação e Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração. 6. Fundamentos do Direito Societário. Sociedade não personificada e personificada. Sociedade simples. Sociedade empresária. Sociedade em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações e cooperativa. Desconsideração da personalidade jurídica. 7. Sociedade limitada. 8. Sociedade por ações. Subsidiária integral. Grupo de sociedades. Consórcio. 9. Valores mobiliários. Mercado de capitais. Fundos de investimento. 10. As operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. 11. Títulos de crédito. 12. Comércio marítimo. Tribunal Marítimo. Registro da Propriedade Marítima.

(...)

### CONHECIMENTOS GERAIS

1. História Geral e do Brasil. 2. Atualidades brasileiras e mundiais: economia e política. Política nacional e internacional. 3. Direitos Humanos. 4. Administração e gestão de cartórios. 5. Recrutamento, seleção e treinamento de funcionários. 6. Motivação e incentivo dos colaboradores. 7. Tecnologia da Informação (Marco Civil da Internet, LGPD- conceitos gerais de privacy by design e default). 8. Documento eletrônico e Assinatura Digital. 9. Arquivamento, segurança e preservação de documento eletrônico. Microfilmagem e digitalização. 10. Certificação digital. 11. CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. 12. RAIS – Relação Anual de Informações

Sociais. 13. PCMSO – Programa de Controle Medido de Saúde Ocupacional. 14. PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. 15. Acessibilidade (de pessoas de mobilidade reduzida). 16. Sociedade brasileira: panorama de cultura, artes, música, literatura (nacional e estrangeira), jornais, revistas e televisão. 17. O desenvolvimento urbano brasileiro. 18. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais. 19. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. 20. Cultura internacional.

4. Retifica-se o Anexo II, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

#### **ANEXO II – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO ENAC**

| Evento  | Início     | Fim        |
|---|------------|------------|
| Período de inscrições   | 29/01/2025 | 27/02/2025 |
| Período de pedidos de isenção da taxa de inscrição  | 29/01/2025 | 31/01/2025 |
| Publicação de Edital com resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição  | 13/02/2025 | 13/02/2025 |
| Interposição de recursos contra o resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição   | 14/02/2025 | 17/02/2025 |
| Publicação do Edital com resultado definitivo da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição  | 27/02/2025 | 27/02/2025 |
| Prazo limite para pagamento do boleto   | 28/02/2025 | 28/02/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> da documentação de PcD   | 29/01/2025 | 27/02/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> da documentação de Indígena  | 29/01/2025 | 27/02/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> da documentação de heteroidentificação   | 29/01/2025 | 09/05/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> de diplomas ou declaração de atividade notarial  | 29/01/2025 | 13/06/2025 |
| Publicação de Edital com: 1) relação preliminar de examinandos que solicitaram inscrição como pessoa negra; 2) relação preliminar de pedidos de atendimentos especiais para a realização das provas deferidos; e 3) relação preliminar de inscrições como deferidas e indeferidas para concorrer na condição de candidato PcD e indígena. | 12/03/2025 | 12/03/2025 |
| Interposição de recursos contra as relações preliminares de inscrições  | 13/02/2025 | 14/02/2025 |
| Publicação de Edital com a relação definitiva de inscrições deferidas e indeferidas para candidatos PcDs, indígenas e com atendimento especial  | 25/03/2025 | 25/03/2025 |
| Publicação no site dos locais de prova  | 07/04/2025 | 07/04/2025 |
| Aplicação da prova objetiva   | 13/04/2025 | 13/04/2025 |
| Publicação de Edital com gabarito preliminar da prova objetiva  | 15/04/2025 | 15/04/2025 |
| Interposição de recursos contra o gabarito preliminar e contra a aplicação das provas   | 16/04/2025 | 17/04/2025 |
| Publicação de Edital com: 1) a resposta aos recursos interpostos contra o gabarito preliminar e contra a aplicação das provas; 2) o gabarito definitivo da prova objetiva; 3) o resultado preliminar da prova objetiva; e 4) o resultado do recebimento das certidões de habilitação dos candidatos negros.                               | 22/05/2025 | 22/05/2025 |
| Interposição de recursos contra o resultado preliminar da prova objetiva  | 23/05/2025 | 26/05/2025 |

|   |            |            |
|---|------------|------------|
| Publicação de Edital com: 1) a resposta aos recursos interpostos contra o resultado preliminar da prova objetiva; 2) o resultado definitivo da prova objetiva; e 3) o resultado definitivo da análise de comprovante de heteroidentificação e da análise dos diplomas ou declaração de atividade notarial | 17/06/2025 | 17/06/2025 |
| Publicação de Edital de homologação do resultado do ENAC  | 24/06/2025 | 24/06/2025 |

Leia-se:

## ANEXO II – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO ENAC

| Evento  | Início     | Fim        |
|---|------------|------------|
| Período de inscrições   | 29/01/2025 | 27/02/2025 |
| Período de pedidos de isenção da taxa de inscrição  | 29/01/2025 | 31/01/2025 |
| Publicação de Edital com resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição  | 13/02/2025 | 13/02/2025 |
| Interposição de recursos contra o resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição   | 14/02/2025 | 17/02/2025 |
| Publicação do Edital com resultado definitivo da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição  | 27/02/2025 | 27/02/2025 |
| Prazo limite para pagamento do boleto   | 28/02/2025 | 28/02/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> da documentação de PcD   | 29/01/2025 | 27/02/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> da documentação de Indígena  | 29/01/2025 | 27/02/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> da documentação de heteroidentificação   | 29/01/2025 | 21/05/2025 |
| Prazo para <i>upload</i> de diplomas ou declaração de atividade notarial  | 29/01/2025 | 23/06/2025 |
| Publicação de Edital com: 1) relação preliminar de examinandos que solicitaram inscrição como pessoa negra; 2) relação preliminar de pedidos de atendimentos especiais para a realização das provas deferidos; e 3) relação preliminar de inscrições como deferidas e indeferidas para concorrer na condição de candidato PcD e indígena. | 12/03/2025 | 12/03/2025 |
| Interposição de recursos contra as relações preliminares de inscrições  | 13/03/2025 | 14/03/2025 |
| Publicação de Edital com a relação definitiva de inscrições deferidas e indeferidas para candidatos PcDs, indígenas e com atendimento especial  | 25/03/2025 | 25/03/2025 |
| Publicação no site dos locais de prova  | 21/04/2025 | 21/04/2025 |
| Aplicação da prova objetiva   | 27/04/2025 | 27/04/2025 |
| Publicação de Edital com gabarito preliminar da prova objetiva  | 29/04/2025 | 29/04/2025 |
| Interposição de recursos contra o gabarito preliminar e contra a aplicação das provas   | 30/04/2025 | 02/05/2025 |
| Publicação de Edital com: 1) a resposta aos recursos interpostos contra o gabarito preliminar e contra a aplicação das provas; 2) o gabarito definitivo da prova objetiva; 3) o resultado preliminar da prova objetiva; e 4) o resultado do recebimento das certidões de habilitação dos candidatos negros.                               | 03/06/2025 | 03/06/2025 |
| Interposição de recursos contra o resultado preliminar da prova objetiva  | 04/06/2025 | 05/06/2025 |
| Publicação de Edital com: 1) a resposta aos recursos interpostos contra o resultado preliminar da prova objetiva; 2) o resultado definitivo da prova objetiva; e 3) o resultado   | 01/07/2025 | 01/07/2025 |

|   |            |            |
|---|------------|------------|
| definitivo da análise de comprovante de heteroidentificação e da análise dos diplomas ou declaração de atividade notarial |            |            |
| Publicação de Edital de homologação do resultado do ENAC  | 04/07/2025 | 04/07/2025 |

Em 07 de fevereiro de 2025.

**Ministro Mauro Campbell Marques**  
Presidente da Comissão do Exame